

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado

Veja as Notas 3.1 e 6 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 74.953 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.</p> <p>A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos esse assunto como o principal assunto de auditoria.</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações contábeis regulatórias

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 05 de março de 2026.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

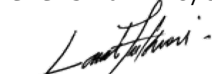
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Ativo Circulante		35.600	65.261
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	27.541	57.029
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	3.113	3.088
Serviços em Curso		563	921
Tributos Compensáveis		1.736	151
Outros Ativos Circulantes		2.647	4.072
Ativo Não Circulante		135.392	130.975
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	4.152	3.612
Depósitos Judiciais e Cauções		-	32
Outros Ativos Não Circulantes		119	254
Participações Societárias Permanentes	1	55.843	55.519
Imobilizado	6.1	74.953	71.233
Intangível	6.2	325	325
Total do Ativo		<u>170.992</u>	<u>196.236</u>

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Passivo Circulante		41.766	39.429
Fornecedores		2.314	1.118
Debêntures	7	31.460	29.788
Obrigações Sociais e Trabalhistas		715	807
Tributos		5.030	5.429
Encargos Setoriais		2.180	2.175
Outros Passivos Circulantes		67	112
Passivo Não Circulante		106.973	157.922
Debêntures	7	106.482	157.574
Encargos Setoriais		474	332
Outros Passivos Não Circulantes		17	16
Total do Passivo		148.739	197.351
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	127.262	127.262
Outros resultados abrangentes	9.3	25	24
Reserva de Lucros	9.2	68.480	82.151
Prejuízos Acumulados		(199.040)	(227.304)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		25.526	16.752
Total do Patrimônio Líquido		22.253	(1.115)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		170.992	196.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		87.903	85.150
(-) Parcela Variável		(74)	(17)
Tributos			
PIS-PASEP		(574)	(557)
Cofins		(2.649)	(2.571)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(821)	(795)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.348)	(1.324)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(351)	(341)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	<u>82.086</u>	<u>79.545</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		<u>82.086</u>	<u>79.545</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(4.852)	(4.536)
Material		(136)	(462)
Serviços de Terceiros		(3.861)	(3.681)
Arrendamento e Aluguéis		(2.264)	(4.893)
Seguros		(14)	(13)
Doações, Contribuições e Subvenções		(394)	(409)
Tributos		(73)	(62)
Depreciação e Amortização		(4.132)	(4.106)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		20	-
Resultado da Atividade		<u>66.380</u>	<u>61.383</u>
Equivalência Patrimonial		13.175	12.931
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(24.919)	(19.084)
Receitas Financeiras		5.325	2.628
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>59.961</u>	<u>57.858</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(3.541)	(4.774)
Resultado Líquido do Exercício		<u>56.420</u>	<u>53.084</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado Líquido do Exercício	56.420	53.084
Outros Resultados Abrangentes	1	22
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>56.421</u>	<u>53.106</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	Prejuízos Acumulados (*)	Outros resultados abrangentes	
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial para Incentivos Fiscais	Reserva de Retenção de Lucros			Reserva de reavaliação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	127.262	25.452	26.696	54.717	-	(237.851)	2	(3.722)
Reserva de Reavaliação (VNR)	-	-	-	-	-	-	22	22
Pagamento de Dividendos Sobre Lucros Retidos	-	-	-	(33.154)	-	-	-	(33.154)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.084	-	53.084
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	8.440	-	-	(8.440)	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(17.345)	-	(17.345)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	16.752	(16.752)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.262	25.452	35.136	21.563	16.752	(227.304)	24	(1.115)
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	(16.752)	-	-	(16.752)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	56.420	-	56.420
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	7.892	-	-	(7.892)	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(16.300)	-	(16.300)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	3.963	(3.963)	-	-
Dividendos adicionais da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(21.563)	21.563	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(1)	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	127.262	25.452	43.028	-	25.526	(199.040)	25	22.253

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 14. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	56.420	53.084
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	4.131	4.106
Equivalência Patrimonial	(13.175)	(12.931)
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.541	4.774
Juros e Variações Monetárias	24.547	18.920
Outros	23	262
	<u>75.487</u>	<u>68.215</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(565)	(1.000)
Tributos Compensáveis	(1.645)	261
Outros	695	726
	<u>(1.515)</u>	<u>(13)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	5	(990)
Fornecedores	1.196	148
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(92)	139
Tributos	582	1.529
Outros	98	(25)
	<u>1.789</u>	<u>801</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	75.761	69.003
Encargos de Dívidas Pagos	(23.832)	(16.586)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.461)	(5.003)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>47.468</u>	<u>47.414</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento de dividendos	14.106	18.000
Imobilizado	(7.875)	(245)
Intangível	-	(6)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	<u>6.231</u>	<u>17.749</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Debêntures captadas	34.865	97.543
Pagamento principal de debêntures	(85.000)	(68.876)
Pagamento de dividendos	(33.052)	(55.377)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>(83.187)</u>	<u>(26.710)</u>
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	(29.488)	38.453
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	57.029	18.576
No fim do exercício	27.541	57.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ETEP”) está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão							Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	índice de correção	
ETEP	-	043/2001	30	2031	90.902	IGP-M	Sim
ESDE (**)	100%	025/2009	30	2039	19.261	IPCA	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481 de 15/07/2025.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 20.014 para ESDE.

Empresas	Investimento	Equivalência patrimonial	Participação da Outorgada (em %)
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	55.843	13.175	100
	55.843	13.175	

Em 22 de agosto de 2002, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor,

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.1. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 26 de março de 2026.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações contábeis estatutárias societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

Ágio na aquisição de investimentos: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

3.2. Arrendamentos

A ETEP avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.5. Tributação

3.5.1. Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional (Emenda Constitucional nº 132/2023)

Contextualização

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, estabelecendo o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) *Dual*. A implementação do novo regime ocorrerá de forma gradual, conforme disciplinado por Leis Complementares específicas já divulgadas, e outras que serão divulgadas ao longo do período de transição previsto na legislação.

Nesse contexto, a Companhia estará sujeita à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais conectados ao sistema.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Período de Transição e Exercício de 2026

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia passou a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das alíquotas transitórias de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS. As alíquotas definitivas ainda não foram estabelecidas e serão fixadas por Lei Complementar específica ainda não publicada até a data de emissão destas demonstrações regulatórias.

De acordo com a legislação vigente, os valores apurados a título de IBS e CBS não serão financeiramente exigíveis no exercício de 2026 e, por consequência, não haverá impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, há obrigatoriedade de implementação do novo modelo, incluindo adequações relevantes nos sistemas de informação, na emissão de documentos fiscais e no cumprimento de obrigações acessórias, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Julgamentos, Estimativas e Incertezas

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária do consumo, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus potenciais efeitos sobre a formação de preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade inerente ao período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC)

3.5.2. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%.

3.5.3. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

3.6.1. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

3.6.2. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7; aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026);
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição / linha devedora	31/12/2025		31/12/2024	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	27.541	27.541	57.029	57.029
Caixa e Equivalentes de Caixa	65	65	109	109
Aplicações Financeiras	27.476	27.476	56.920	56.920

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes					Total 2025	Total 2024
	Corrente a vencer	Corrente vencida			Mais de 360 dias (*)		
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.232	247	117	518	4.152	7.265	6.700
Total	2.232	247	117	518	4.152	7.265	6.700
						3.113	3.088
						4.152	3.612

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositadas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Imobilizado em Serviço										
Transmissão	150.828	-	(31)	155	-	150.952	124	(92.059)	58.893	62.862
Máquinas e Equipamentos	150.712	-	-	31	-	150.743	31	(91.958)	58.785	62.863
Veículos	109	-	(31)	124	-	202	93	(94)	108	(1)
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	-	7	-	(7)	-	-
Administração	157	-	-	21	-	178	21	(156)	22	8
Máquinas e Equipamentos	136	-	-	21	-	157	21	(137)	20	6
Móveis e Utensílios	21	-	-	-	-	21	-	(19)	2	2
Subtotal	150.985	-	(31)	176	-	151.130	145	(92.215)	58.915	62.870
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão	8.258	7.865	-	(155)	(22)	15.946	7.688	-	15.946	8.258
Máquinas e Equipamentos	1.196	1	-	(31)	273	1.439	243	-	1.439	1.196
Material em depósito	6.476	5.259	-	-	(273)	11.462	4.986	-	11.462	6.476
Outros	586	2.605	-	(124)	(22)	3.045	2.459	-	3.045	586
Administração	105	10	(2)	(21)	-	92	(13)	-	92	105
Máquinas e Equipamentos	72	10	(2)	(21)	-	59	(13)	-	59	72
Outros	33	-	-	-	-	33	-	-	33	33
Subtotal	8.363	7.875	(2)	(176)	(22)	16.038	7.675	-	16.038	8.363
Total do Ativo Imobilizado	159.348	7.875	(33)	-	(22)	167.168	7.820	(92.215)	74.953	71.233

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	942	-	-	-	942	-	(743)	199	199
Servidões	199	-	-	-	199	-	-	199	199
Softwares	164	-	-	-	164	-	(164)	-	-
Outros	579	-	-	-	579	-	(579)	-	-
Administração	708	-	-	3	711	3	(706)	5	2
Softwares	539	-	-	-	539	-	(539)	-	-
Outros	169	-	-	3	172	3	(167)	5	2
Subtotal	1.650	-	-	3	1.653	3	(1.449)	204	201
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	112	-	-	-	112	-	-	112	112
Servidões	59	-	-	-	59	-	-	59	59
Softwares	53	-	-	-	53	-	-	53	53
Administração	12	-	-	(3)	9	(3)	-	9	12
Softwares	9	-	-	-	9	-	-	9	9
Outros	3	-	-	(3)	-	(3)	-	-	3
Subtotal	124	-	-	(3)	121	(3)	-	121	124
Total do Ativo Intangível	1.774	-	-	-	1.774	-	(1.449)	325	325

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2025			31/12/2024
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		150.955	(92.062)	58.893	62.862
Custo Histórico	2,72%	150.954	(92.059)	58.895	62.862
Reavaliação	-71,88%	1	(3)	(2)	-
Administração		178	(156)	22	8
Custo Histórico	1,05%	178	(156)	22	8
		151.133	(92.218)	58.915	62.870
Em curso					
Transmissão	-	15.946	-	15.946	8.258
Administração	-	92	-	92	105
		16.038	-	16.038	8.363
		167.171	(92.218)	74.953	71.233

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	11	-	11
Veículos	-	124	124
A Ratear	-	1.117	1.117
Desenvolvimento de Projetos	-	396	396
Material em Depósito	5.259	-	5.259
Adiantamentos a Fornecedores	-	968	968
Total das Adições	5.270	2.605	7.875

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
CAMINHONETE OROCH INTENSE, PLACA: SZT2C19, COR: BRANCA, CHASSI: 93Y9SR8V6SJ121629 - CASCO	100
CAMINHONETE OROCH INTENSE, PLACA: SZT2C19, COR: BRANCA, CHASSI: 93Y9SR8V6SJ121629 - MOTOR2	25
ROTEADOR AR6120 - HARDWARE	20
SWITCH LAYER 2 S5720-28P-LI-AC - SWITCH L2 - HARDWARE	11
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 3450	10
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 3450	5
MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 7020	4
MARCA TBE TRANSMISSORAS BRASILEIRAS DE ENERGIA	3
MONITOR DELL DE 21.5" SE 2222H	1
	179

6.7. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
GOL CITY MB S / PLACA: QDT 0200 - CASCO	25
GOL CITY MB S / PLACA: QDT 0200 - MOTOR	6
	31

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

							31/12/2025			
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a		
Debêntures 6ª emissão	4.706	(97)	97.747	102.356	Sim	set/24	Não há	0,89% + CDI		
Debêntures 7ª emissão	711	26.140	8.735	35.586	Sim	nov/25	Não há	0,18% + CDI		
Total por Dívida	5.417	26.043	106.482	137.942						

							Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2027	2028	2029	Total
Debêntures 6ª emissão	06/03/2026	Semestral	06/03/2028	06/09/2029	Semestral	SAC	(108)	48.907	48.948	97.747
Debêntures 7ª emissão	06/05/2026	Semestral	06/05/2026	06/05/2027	Semestral	SAC	8.735	-	-	8.735
Total por Dívida							8.627	48.907	48.948	106.482

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

31/12/2024

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	1.455	24.963	24.991	51.409	Sim	jun/18	Não há	100% + CDI
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	638	(65)	34.933	35.506	Sim	jul/20	Não há	2,90% + CDI
Debêntures 6ª emissão - Bradesco	2.884	(87)	97.650	100.447	Sim	set/24	Não há	0,89% + CDI
Total por Dívida	4.977	24.811	157.574	187.362				

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Freqüência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Freqüência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2026	2027	2028	2029	Total
	Debêntures 4ª emissão - Bradesco	06/04/2025	Semestral	06/04/2025	06/04/2026	Semestral	SAC	24.991	-	-	-
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	06/05/2025	Semestral	06/05/2026	06/05/2027	Semestral	SAC	17.449	17.484	-	-	34.933
Debêntures 6ª emissão - Bradesco	06/03/2025	Semestral	06/03/2028	06/09/2029	Semestral	SAC	(97)	(108)	32.574	65.281	97.650
Total por Dívida							42.343	17.376	32.574	65.281	157.574

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2025, atualizado pelo IGP-M, era de R\$300.569 para a 6ª e 7ª emissão.

A Administração da ETEP mantém o acompanhamento de todas as cláusulas de covenants definidas em contrato.

7.2. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Total 2025	Total 2024
(+) Dívida Bruta	5.417	26.043	106.482	137.942	187.362
Debêntures. Moeda Nacional	5.417	26.043	106.482	137.942	187.362
(-) Ativos Financeiros	-	(27.541)	-	(27.541)	(57.029)
Alta Liquidez	-	(65)	-	(65)	(109)
Demais Aplicações Financeiras	-	(27.476)	-	(27.476)	(56.920)
(+) Dívida Líquida	5.417	(1.498)	106.482	110.401	130.333

8. Provisões para Litígios

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui processos com perda classificada como “provável”.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como “possível”.

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$127.262, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	27.000.000	18.000.010	100,00%	100,00%

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9.2. Reservas de lucros

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reserva legal	25.452	25.452
Reserva especial para incentivos fiscais	43.028	35.136
Reserva de retenção de lucros	-	21.563
	<u>68.480</u>	<u>82.151</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$25.452.

Reserva de incentivo fiscal: Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$43.028 (R\$35.136 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 a empresa não possui saldo a distribuir (R\$21.563 em 31 de dezembro de 2024).

9.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação: O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$745. O valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR, ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2021, para estes ativos é de R\$745. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em 2022 e vem sendo depreciada de acordo com PRORET 9.2 conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2</u>
VNR da controlada ESDE	22
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>24</u>
Depreciação	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>25</u>

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Receita Operacional Bruta e Líquida

<u>Receita Líquida</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	87.903	85.150
(-) Parcela Variável	(74)	(17)
Programa de Integração Social - PIS	(574)	(557)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.649)	(2.571)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(821)	(795)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.348)	(1.324)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(351)	(341)
Total	82.086	79.545

10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória nº 3.481, de 15 de julho de 2025, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2024, cujo impacto tarifário para o ciclo 2025~2026 referente aos contratos reajustados pelo IGP-M foi de -7,02%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2024 e a próxima será em 1 de julho de 2029.

11. Pessoal e Administradores

<u>Pessoal e Administradores</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	3.969	3.677
Remuneração	1.951	1.945
Encargos	713	693
Previdência privada	61	76
Assistência médica	507	365
Despesas rescisórias	248	21
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	403	425
Outros	86	152
Administradores	883	859
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	658	651
Benefícios dos administradores	225	208
Total	4.852	4.536

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	59.961	57.859
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	<u>20.387</u>	<u>19.673</u>
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(4.479)	(4.397)
Incentivos fiscais	(8.190)	(8.453)
Despesas e Provisões Indedutíveis	29	275
Amortização e Depreciação	1.028	1.376
Receitas Regulatórias	(4.122)	(2.836)
Materiais	(148)	(96)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(534)	(350)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(429)	(419)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>3.541</u>	<u>4.774</u>
Taxa efetiva	5,91%	8,25%

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.541	-	27.541	57.029	-	57.029
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	3.113	-	3.113	3.088	-	3.088
Serviços em Curso	563	-	563	921	-	921
Ativo Contratual da Concessão	-	66.344	66.344	-	64.126	64.126
Tributos Compensáveis	1.736	-	1.736	151	-	151
Outros Ativos Circulantes	2.647	-	2.647	4.072	-	4.072
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	4.152	-	4.152	3.612	-	3.612
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	32	-	32
Ativo contratual da concessão	-	247.484	247.484	-	277.479	277.479
Outros Ativos Não Circulantes	119	-	119	254	-	254
Participações Societárias Permanentes (*)	55.843	75.797	131.640	55.519	78.070	133.589
Imobilizado	74.953	(74.773)	180	71.233	(54.962)	16.271
Intangível	325	2.327	2.652	325	(312)	13
Total do Ativo	170.992	317.179	488.171	196.236	364.401	560.637

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	2.314	-	2.314	1.118	-	1.118
Debêntures e Arrendamento Mercantil	31.460	71	31.531	29.788	4.200	33.988
Obrigações Sociais e Trabalhistas	715	-	715	807	-	807
Tributos	5.030	-	5.030	5.429	-	5.429
Encargos Setoriais	2.180	-	2.180	2.175	-	2.175
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	4.412	4.412	-	4.264	4.264
Outros Passivos Circulantes	67	-	67	112	-	112
Passivo Não Circulante						
Debêntures e Arrendamento Mercantil	106.482	11	106.493	157.574	16.165	173.739
Encargos Setoriais	474	-	474	332	-	332
Tributos Diferidos	-	96.903	96.903	-	94.040	94.040
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	16.767	16.767	-	18.452	18.452
Outros Passivos Não Circulantes	17	-	17	16	-	16
Total do Passivo	148.739	118.164	266.903	197.351	137.121	334.472
Patrimônio Líquido						
Capital Social	127.262	-	127.262	127.262	-	127.262
Outros resultados abrangentes	25	(25)	-	24	(24)	-
Reservas de Lucros	68.480	-	68.480	82.151	-	82.151
(Prejuízos) Acumulados	(199.040)	199.040	-	(227.304)	227.304	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	25.526	-	25.526	16.752	-	16.752
Total do Patrimônio Líquido	22.253	199.015	221.268	(1.115)	227.280	226.165
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	170.992	317.179	488.171	196.236	364.401	560.637

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, à Investimentos.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	87.903	(87.903)	-	85.150	(85.150)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	19.448	19.448	-	18.904	18.904
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	5.332	5.332	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	35.345	35.345	-	53.708	53.708
(-) Parcela Variável	(74)	-	(74)	(17)	-	(17)
Tributos						
PIS-PASEP	(574)	125	(449)	(557)	81	(476)
COFINS	(2.649)	579	(2.070)	(2.571)	376	(2.195)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(821)	-	(821)	(795)	-	(795)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.348)	722	(626)	(1.324)	326	(998)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(351)	111	(240)	(341)	51	(290)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	82.086	(26.241)	55.845	79.545	(11.704)	67.841
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	82.086	(26.241)	55.845	79.545	(11.704)	67.841
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(4.852)	-	(4.852)	(4.536)	-	(4.536)
Material	(136)	(436)	(572)	(462)	(282)	(744)
Serviços de Terceiros	(3.861)	-	(3.861)	(3.681)	-	(3.681)
Arrendamento e Aluguéis	(2.264)	1.899	(365)	(4.893)	4.449	(444)
Seguros	(14)	-	(14)	(13)	-	(13)
Doações, Contribuições e Subvenções	(394)	-	(394)	(409)	-	(409)
Tributos	(73)	-	(73)	(62)	-	(62)
Depreciação e Amortização	(4.132)	3.023	(1.109)	(4.106)	1.543	(2.563)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	20	(20)	-	-	-	-
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	(4.750)	(4.750)	-	-	-
Resultado da Atividade	66.380	(26.525)	39.855	61.383	(5.994)	55.389
Equivalência Patrimonial	13.175	(2.273)	10.902	12.931	3.254	16.185
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(24.919)	3.385	(21.534)	(19.084)	(2.244)	(21.328)
Receitas Financeiras	5.325	10	5.335	2.628	(73)	2.555
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	59.961	(25.403)	34.558	57.858	(5.057)	52.801
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(3.541)	(2.862)	(6.403)	(4.774)	(5.490)	(10.264)
Resultado Líquido do Exercício	56.420	(28.265)	28.155	53.084	(10.547)	42.537

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

14.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGP-M e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

14.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.4. Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$82 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$66, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

14.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	221.268	226.165
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(317.113)	(348.243)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	16	4.207
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	118.082	116.756
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>22.253</u>	<u>(1.115)</u>

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	28.155	42.537
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	31.080	20.343
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(5.677)	(15.286)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	2.862	5.490
Lucro líquido regulatório	<u><u>56.420</u></u>	<u><u>53.084</u></u>